



f

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº.: 007/2020/CPLO/SUPEL/RO

A **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, através da **Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO**, nomeada pela Portaria n.º 249/2019/SUPEL-CI, torna público que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, sob o regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, o tipo da licitação será o de **TÉCNICA E PREÇO**, na forma de execução indireta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições no Edital, consignando o que adiante segue.

TOMADA DE PREÇOS Nº.: 007/2020/CPLO/SUPEL/RO

AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 0009.436780/2019-61

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia de Obras de Arte Especiais – Ponte em Concreto Estrutural e Plano de Controle Ambiental – PCA, para os cursos d'água constante do quadro abaixo:

RODOVIA	TRECHO	LOCAL. (KM)	CURSO DÁGUA	EXTENSÃO(m) (ESTIMADO)	MUNICÍPIO
RO-257	Rio da Anta - km 72,00	72,00	Rio da Anta	30,00	VALE DO ANARÍ
RO-257	Rio Azul - km 83,00	83,00	Rio Azul	20,00	MACHADINHO DO OESTE
RO-257	Rio Vermelho - km 84,00	84,00	Rio Vermelho	30,00	MACHADINHO DO OESTE
RO-257	Rio da Onça - km 96,00	96,00	Rio da Onça	30,00	MACHADINHO DO OESTE

Projeto/Atividade: **1249.1386** - Fonte: **228 – FITHA Fundo de Infra-Estrutura de Transportes e Habitação** -

Elemento de Despesa: **44.90.51**

VALOR ESTIMADO: **R\$ 339.890,92 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa reais, noventa e dois centavos).**

DATA DE ABERTURA: 01 de junho de 2020, às 09h00min

LOCAL: Sala de Abertura de Licitações, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: 0xx 69 3212-9263.

EDITAL: O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos), referente à obra e demais atos convocatórios

Av. Farquar s/n – Bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, Ed Pacaás Novos, 2º Andar CEP 76.903- Porto Velho/RO –
Fone/Fax 0 xx 69 3212-9263

ERALDA ETRA MARIALESSA
Presidente CPLO



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO

Tomada de Preços 007/20/CPLO/SUPEL/RO» -
Processo nº **0009.436780/2019-61»**
Página 1 de 49

encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL
(www.rondonia.ro.gov.br/supel)

Porto Velho/RO, 20 de abril de 2020

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente da CPLO/SUPEL



TOMADA DE PREÇOS
Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO

S

U

P

E

L



EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO

PREÂMBULO

A **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, através da **Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO**, instituída pela Portaria nº. **249/2019/SUPEL-CI**, torna público, para conhecimento de interessados, que se encontra instaurada **LICITAÇÃO**, sob a modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO**, sob o regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, e o tipo da licitação será o de **TÉCNICA E PREÇO**, na forma de execução indireta, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações e Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011, com sessão de abertura marcada para o dia **01 de junho de 2020, às 09h00min** na sala de abertura de licitações da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito à Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: 0xx 69 3212-9263. Tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de propostas, visando o serviço de

Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia de Obras de Arte Especiais – Ponte em Concreto Estrutural e Plano de Controle Ambiental – PCA, para os cursos d'água constante do quadro abaixo:

RODOVIA	TRECHO	LOCAL. (KM)	CURSO DÁGUA	EXTENSÃO(m) (ESTIMADO)	MUNICÍPIO
RO-257	Rio da Anta - km 72,00	72,00	Rio da Anta	30,00	VALE DO ANARÍ
RO-257	Rio Azul - km 83,00	83,00	Rio Azul	20,00	MACHADINHO DO OESTE
RO-257	Rio Vermelho - km 84,00	84,00	Rio Vermelho	30,00	MACHADINHO DO OESTE
RO-257	Rio da Onça - km 96,00	96,00	Rio da Onça	30,00	MACHADINHO DO OESTE

Discriminada no presente Edital em conformidade com as peças que a compõem, para atender ao **Departamento de Estradas de Rondagem e Transportes - DER/RO**.

1 - DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo Nº**0009.436780/2019-61** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2 - DA FONTE DE RECURSOS



Os recursos necessários para a execução das obras licitadas são provenientes de recursos consignados no orçamento do **Fundo de Infra-Estrutura de Transportes e Habitação - FITHADER/RO**, no valor global de **R\$ 339.890,92 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa reais, noventa e dois centavos)**, a despesa, correrá a conta da seguinte programação: Projeto/Atividade: **1249.1386** - Fonte: **228 - FITHA** - Elemento de Despesa: **44.90.51**, sendo assim distribuídas: **R\$ 339.890,92 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa reais, noventa e dois centavos)**, no decorrer do presente exercício, já consignado no Orçamento Programa do **Fundo de Infra-Estrutura de Transportes e Habitação - FITHADER/RO** do ano de 2020.

3 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DA SESSÃO INAUGURAL

3.1 - Os envelopes de documentação de Habilitação, Propostas Técnica e de Preços serão recebidos até às **09h00min** do dia **01 de junho de 2020**, na sala de abertura de licitações da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: 0xx 69 3212-9263 quando dar-se-á início a sessão inaugural do procedimento licitatório, com a abertura dos respectivos envelopes.

3.2 - Em cumprimento a Lei nº 4.287, de 18 de maio de 2018, que dispõe sobre a transparência das sessões públicas realizadas no âmbito dos procedimentos licitatórios do Estado de Rondônia, no atendimento do art. 1º fica estabelecida a obrigatoriedade da filmagem com áudio das sessões públicas realizadas no âmbito dos procedimentos licitatórios do Estado de Rondônia, nas modalidades de concorrência, tomada de preço, convite e pregão presencial. Que far-se-á em todas as licitações a partir da vigência da referida lei.

4 - DA AQUISIÇÃO E RETIRADA DO EDITAL:

4.1 - O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram -se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL (www.rondonia.ro.gov.br/supel).

5 - DO SUPORTE LEGAL, NORMAS E ESPECIFICAÇÕES

5.1 - A presente licitação e a contratação dela decorrente serão regidas pelas disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, pelo Decreto Estadual nº. 12.801, de 19 de abril de 2007 e demais normas legais e regulamentos pertinentes, Lei Complementar 123/2006 e alterações sujeitando-se a licitante, INCONDICIONAL E IRRESTRITAMENTE às mesmas.

5.2 - A execução dos serviços obedecerá às normas e especificações contidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, e em especial, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CREA e do Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER/RO.

6- TIPO DA LICITAÇÃO

6.1 - A presente licitação obedecerá ao regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, e o tipo da licitação será o de **TÉCNICA E PREÇO**, conforme o artigo 45, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

7 - VALOR



7.1 - O valor máximo que o ESTADO DE RONDÔNIA propõe-se a pagar pelo serviço, objeto desta licitação, é de **R\$ 339.890,92 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa reais, noventa e dois centavos)**, onde os preços máximos serão aqueles consignados na planilha orçamentária, parte integrante deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

8 - PRAZOS

8.1 - Para Assinar o Contrato

O Licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação do **Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER-RO**, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, (conforme item 32.1.1 do Termo de Referência)

8.2 - Para Início

Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias após recebimento, pela empresa, da Ordem de Serviço emitida pelo DER/RO, (conforme item 31.0 do Termo de Referência)

O prazo contratual será contado em dias corridos a partir do dia seguinte ao da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. O contratado obriga-se a promover a anotação do contrato no CREA com jurisdição do local de execução dos serviços (Lei 6.496/77, art. 1º).

8.3 - Ordem de Serviço

Deverá ser expedida dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do prazo para início.

8.4 - Para Conclusão dos serviços

O prazo previsto para execução dos serviços é **90 (noventa)** dias, após o recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, conforme Cronograma Físico-Financeiro e item 30.1 do Termo de Referência

8.5 - Prorrogação

O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior, na forma prevista na Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

8.6 - Condições para Recebimento dos Serviços

O recebimento do (s) serviço (s), após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

9 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

9.1 - Poderão participar da presente licitação, somente empresas que apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto desta licitação e que possuam no seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de acervo técnico por execução ou serviço de características semelhantes do serviço de que trata o presente Edital, e desde que devidamente



cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas. Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93.

9.2 - O cadastramento de que trata o presente subitem poderá ser procedido junto ao **Setor de Cadastro** da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: 0xx 69 3212-9242.

9.3 - É vedada a participação das empresas reunidas em forma de consórcio, sendo que, a união de esforços se faz necessária, apenas na questão de alta complexidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, o que não é o caso do objeto em questão.

9.4 - Não poderão participar da presente licitação, empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições de impedimento, as que estiverem em regime de concordata ou falência, bem como as declaradas inidôneas pela Administração Pública, além das demais previsões constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

9.5 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo adicional ou permissão para a inclusão ou apresentação de documentos ou informações que deveriam constar dos envelopes de habilitação ou propostas, exceto nos casos previstos no art. 48, da Lei Federal das Licitações, a critério da Administração. A Comissão reserva a si, o direito de exigir em qualquer época ou oportunidade, documentos ou informações complementares que julgar necessários ao perfeito entendimento e comprovação das documentações apresentadas, além de proceder diligências e verificações na forma da Lei.

9.6 - Não será admitida nesta Licitação, a participação de empresas distintas através de um único representante, ou que indiquem como responsável técnico ou qualquer outro componente de equipe técnica, profissional comum entre as empresas participantes deste certame licitatório; e ainda, que configure como sócio ativo ou responsável técnico relacionado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica/CREA, ou ainda, qualquer outro componente da equipe técnica, que seja servidor público, assim entendido quem exerça cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, consideradas para tal, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle, direto ou indireto, no âmbito da Esfera Estadual, qual seja o vínculo, de caráter transitório ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.

9.7 - Não será admitida nesta licitação, a participação de representante, que seja funcionário público, conforme preceitua o Art. 55, Inciso XI, da Lei Complementar nº. 68/92.

9.8 - Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas distintas, através de um único representante.

10 - CUSTOS DA LICITAÇÃO

O Licitante deverá arcar com todos os custos associados à preparação e apresentação de sua proposta. O GOVERNO em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

11 - LOCAL DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Conforme item 5.0. do TERMO DE REFERÊNCIA

A empresa interessada deverá apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local dos serviços, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

a) A licitante interessada poderá visitar os locais de execução dos serviços, para conhecer as



peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo par elaboração de sua proposta.

b) A empresa licitante, ao seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

12 - CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DO EDITAL

12.1 - As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, junto a CPLO/SUPEL, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min, no endereço citado no item 3, deste Edital.

12.2 - O licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, quadros, projetos, documentos-padrão, exigências, decretos, normas e especificações citados neste Edital e em seu (s) anexo (s).

12.3 - Solicitações e comunicações entre LICITANTES e a CPLO deverão ser encaminhadas por escrito, através de correspondência oficial, até 02 (dois) dias antes da data estabelecida para a sessão inaugural (recebimento dos envelopes).

12.4 - As respostas às consultas sobre o Edital, bem como, as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida ao Edital, no mesmo período, serão encaminhadas em forma de Adendos ou Notas de Esclarecimento às LICITANTES que tenham adquirido ou venham a adquirir o Edital.

12.5 - A emissão de Adendo Modificador, documento emitido pela CPLO, que contenha informação que implique em alteração na formulação das propostas, será publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, e o prazo original para a entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas, será restituído, conforme § 4º do art. 21 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12.6 - As Notas de Esclarecimento, emitidas pela CPLO, que contenham informações que não causem alterações na formulação das propostas, o prazo inicialmente informado será mantido.

12.7 - Caso a CPLO, julgue necessário, poderá fazer consultas técnicas à LICITANTE, sempre feitas por escrito. As respostas serão recebidas também por escrito, desde que não impliquem em modificação de preços ou qualquer outra alteração da proposta.

12.8 - A resposta da LICITANTE não implicará, em qualquer caso, na aceitação tácita da CPLO.

12.9 - A não arguição de dúvidas por parte das LICITANTES, implicará na tácita admissão de que os elementos contidos no Edital e seus anexos foram considerados suficientes.

12.10 - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

As impugnações dos termos do Edital, perante a CPLO, quanto a possíveis falhas ou irregularidades que o viciariam, deverá se efetivar conforme disposto no Artigo 41 § 1º, da Lei Federal 8.666/93, sob pena de decair do direito de impugnar.



Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.DOS

RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

12.11 - DAS EPP's E MICROEMPRESAS

Apresentar declaração de condição da empresa licitante, conforme Lei Complementar nº. 123/06 e alterações, para que se possa cumprir o estabelecido na referida Lei.

A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2000 e alterações, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, a saber:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário individual de responsabilidade limitada – Eireli a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita



bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

§ 4o Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações;

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade”

13 - DO CREDENCIAMENTO

13.1 - O representante legal da Licitante, quando presente na Sessão de Abertura, deverá estar munido dos seguintes documentos:

13.1.1 - Cópias autenticadas da Cédula de Identidade, bem como do documento que comprove a condição de integrante da Constituição Social.

13.1.2 - Quando procurador este deverá estar munido de procuração lavrada em Cartório ou particular com firma reconhecida em Cartório, ou ainda, de Termo de Credenciamento com firma reconhecida em Cartório. Quaisquer das formas apresentadas deverá estar acompanhado da cópia autenticada da Cédula de Identidade.

13.2 - Os documentos para credenciamento, constantes nos subitens 13.1.1 e 13.1.2, deverão ser apresentados, **junto com a documentação de habilitação (envelope I), com cópia**



autenticada (antes da sessão inaugural), em cartório, ou por servidor da SUPEL/RO, as quais serão juntadas ao processo.

13.3 - O não comparecimento de quaisquer dos **LICITANTES**, a qualquer das sessões marcadas, não impedirá a realização das mesmas e não terá nenhum ônus para a **LICITANTE**.

13.4 - A não apresentação do credenciamento, não implica na inabilitação do licitante, mas o impede de intervir nas decisões tomadas pela Comissão Permanente Licitação de Obras - CPLO, nas sessões pertinentes a licitação.

14 - PREPARAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Impreterivelmente na data, hora e local referidos no Preâmbulo do Edital, as empresas licitantes, deverão entregar sua DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS, em envelopes lacrados, rubricados, distintos e não transparentes, com as identificações na parte externa, de acordo com o subitem 14.1, do Edital, sob pena de não serem aceitos pela Comissão de Licitações de Obras – CPLO.

14.1 - Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS exigidos no presente Edital deverão ser apresentados em **03 (três)** envelopes lacrados, indevassáveis, distintos e separados, endereçados à Presidência da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO, cada qual contendo 01 (uma) via, com indicação clara e visível do procedimento licitatório a qual se dirigem, e a denominação da empresa proponente, bem como a natureza dos correspondentes conteúdos conforme indicação:

I – ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº: **007/2020/CPLO/SUPEL/RO**
ABERTURA: dia **01 de junho de 2020, às 09h00min.**
EMPRESA:.....

II – ENVELOPE 02 – PROPOSTA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº: **007/2020/CPLO/SUPEL/RO**
ABERTURA: dia **01 de junho de 2020, às 09h00min.**
EMPRESA:.....

III – ENVELOPE 03 – PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº: **007/2020/CPLO/SUPEL/RO**
ABERTURA: dia **01 de junho de 2020, às 09h00min.**
EMPRESA:.....

14.2 - Para fins de agilização da fase de habilitação do certame licitatório, todos os volumes deverão ter as folhas numeradas em ordem crescente, apresentando ao final um Termo de Encerramento e os volumes ser encadernados (na forma como decidir o competidor). Todas as folhas deverão estar rubricadas pelo representante legal da empresa. Deverá ainda conter na capa, a titulação do conteúdo, o nome da licitante, o número do Edital e nomes dos serviços em licitação.

14.3 - Nenhum dos documentos e propostas contidos nos envelopes 01, 02 e 03, poderão conter rasuras ou entrelinhas. Considerados para tal:

- a) Rasuras – qualquer tentativa de modificação do que foi originalmente escrito e que impossibilite ou dificulte a correta leitura, por dupla interpretação do texto, exclusive na numeração de folhas (desde que não altere o teor do documento), a qual a Comissão caso julgue necessário, poderá promover nova numeração, a fim de resguardar a integridade da documentação.



- b) Entrelinhas – qualquer inclusão de texto na tentativa de complementar, modificar ou corrigir o que originalmente foi escrito.

14.4 - Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia indelével e legível, **devidamente autenticados (antes da sessão inaugural), em Cartório, por servidor da SUPEL/RO, ou ainda, através de publicação em órgão da Imprensa Oficial, sob pena de inabilitação.**

14.5 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital.

14.6 - Não serão admitidas, sob quaisquer motivos ou hipóteses, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

14.7 - A CPLO se reserva, ainda, o direito de exigir para fins de verificação, documentos, em original, comprobatórios das informações constantes dos "Quadros de Identificação e Formação Profissional de Técnico".

14.8 - Na sessão de abertura análise e julgamento da fase de habilitação a Comissão Permanente de Licitação de Obras – CPLO, reserva-se o pleno direito de acessar o Sistema de Cadastro de Fornecedores da SUPEL/RO, para verificar se a Licitante atende os requisitos do edital.

14.9 - A Licitante cujos dados constantes no Cadastro de Fornecedores da SUPEL/RO, que estiverem em desacordo com o edital, deverão atualizar as informações até o dia anterior a data prevista para abertura do certame.

15 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 1)

As **LICITANTES** deverão apresentar os documentos de habilitação abaixo relacionados, **em 01 (uma) via**, para efeito de comprovação de qualificação jurídica, técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal:

15.1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de Sociedades Comerciais. No caso de Sociedades por Ações, além dos Estatutos Sociais, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores (RG dos sócios);
- c) Ato Constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (RG dos sócios);
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.2 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- b) Certidão de regularidade perante de tributos federais perante a fazenda nacional Portaria Conjunta da RFB/PGFN Nº 358 de 05/08/2014 (podendo ser positiva com efeito negativo);
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de regularidade perante o FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela SUPEL/RO, válido na data da apresentação dos envelopes de documentação de habilitação, substitui os documentos previstos no subitem 15.1, letras “a”, “b”, “c”, e “d”, subitem 15.2, letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, subitem 15.4 e subitem 15.5 alínea “a”, **desde que as referidas certidões estejam válidas, caso estejam vencidas, as mesmas deverão ser anexadas juntamente com a documentação de habilitação.**

f.1) - Na sessão de abertura, análise e julgamento da fase de habilitação a Comissão Permanente de Licitação de Obras – CPLO, reserva-se o pleno direito de acessar o Sistema de Cadastro de Fornecedores da SUPEL/RO, para verificar se a Licitante atende os requisitos do edital.

- g) As empresas constituídas na forma de microempresas e empresas de pequeno porte, que a vista das exigências previstas neste Edital, apresentarem condições de participação no presente certame, deverão apresentar DECLARAÇÃO FORMAL de tal condição de constituição e ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto na referida Lei Complementar.

15.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- A licitante deverá apresentar os seguintes documentos: (conforme item e subitens 6.0 do Termo de Referência).
 - a) Comprovação de registro ou inscrição da licitante, bem como de seu (s) responsável (is) técnico (s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-RO;
 - b) Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e PCA ou por execução de objeto com características semelhantes ao ora licitado.
 - c) O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante, será(ão) responsável(is) técnico(s) pela elaboração do projeto:

c.1 - A comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) que responderam pela execução do objeto, pertence(m) ao quadro da empresa, deverá ser



comprovada através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
 - b) Certidão do CREA;
 - c) Contrato Social;
 - d) Contrato de prestação de serviços;
 - e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;
 - f) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pelos serviços licitados e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.
- d) O fornecimento de até 05 (cinco) atestados de capacidade técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução anterior de serviços de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia ou por execução de serviço com características semelhantes ao objeto licitado. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado;
- e) Relação explícita e formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos.

15.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

15.4.1 - Certidão Negativa de Recuperação Judicial – [Lei nº11.101/05](#) (**recuperação judicial, extrajudicial e falência**) emitida pelo órgão competente, **expedida nos últimos 90 (noventa) dias** caso não conste o prazo de validade.

- a) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, a Presidente verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.
- b) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

15.4.2 - Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL, referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, observando o que segue:

I - Balanço Patrimonial devidamente REGISTRADO na Junta Comercial do Estado e/ou

II - Balanço Patrimonial AUTENTICADO pela Junta Comercial do Estado, com o Pertinente Termo de Abertura e Encerramento.

15.4.2.1 - Com base nos dados constantes no Balanço Patrimonial apresentado, a Comissão Permanente de Licitação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

I - A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser igual maior a



1,00 (um inteiro);

II - Comprovação de Patrimônio Líquido, igual ou superior a R\$ 33.989,09 (trinta e três mil, novecentos e oitenta e nove reais, nove centavos).

15.4.2.2 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

15.4.3 - As LICITANTES constituídas no exercício de 2020, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão **Balanço Patrimonial de Abertura**, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão Permanente de Licitação de Obras, possa verificar se a licitante possui:

Capital Social de no mínimo **33.989,09 (trinta e três mil, novecentos e oitenta e nove reais, nove centavos)**, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos dos parágrafos 2º e 3º, do art. 31, da Lei 8.666/93.

15.5 - REGULARIDADE TRABALHISTA

- a) Certidão de regularidade dos Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida *eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho*, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (LEI Nº 12.440, DE 7 DE JULHO DE 2011).

PARAGRAFO ÚNICO - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

15.6 - As Certidões, Registros, Inscrições e Certificados de que tratam os itens 15.1, 15.2, 15.3 e 15.5, que não contiverem expressamente, os prazos de validade, na data da apresentação da proposta, ou justificativa de sua ausência consignada pelo órgão expedidor, só serão aceitas pela Comissão de Licitações, caso tenham sido emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, sob pena de inabilitação.

15.6.1 - A validade das certidões emitidas pela INTERNET fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico.

15.6.2 - O licitante vencedor deverá, na data da assinatura do contrato, comprovar através de documentos hábeis, a regularidade com os encargos sociais e previdenciários.

16 - CARTA DA EMPRESA LICITANTE

A documentação deverá ser acompanhada por uma carta assinada por Diretor(es), ou pessoa legalmente habilitada (procuração lavrada em Cartório ou particular com firma reconhecida em Cartório) comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, claramente afirmando:

- a) Estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações



complementares solicitadas pelo DER;

- b) Que executará os serviços de acordo com as especificações fornecidas pelo DER, às quais alocará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.
- c) Que se compromete a estar instalado e pronto para o início dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.
- d) Que um representante visitou o local dos serviços em licitação, inclusive com apresentação do atestado referido no item 11.
- e) Que executará os serviços de acordo com o prazo estabelecido no Edital.

Tais informações poderão ser apresentadas na forma do “Termo de Responsabilidade/Compromisso” Anexo IV, desde que contenha todas as informações requeridas.

17- PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº 2)

17.1 - A Proposta Técnica deverá ser, assinada por Diretor, ou por pessoa legalmente habilitada (procuração lavrada em Cartório ou particular com firma reconhecida em Cartório), em envelope lacrado, identificado com o nº **02**, em 1 (uma) via, digitada, em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, devendo atender as condições contidas neste Edital e sua elaboração deverá apresentar a seguinte disposição:

- a) Índice
- b) Apresentação
 - Será nominada a Consultora licitante, informando o objeto da proposta, o nº do edital.
- c) Mapa de Situação
 - Conterá o segmento objeto da licitação, com a indicação dos pontos de início e fim, quando for o caso.
- d) Conhecimento do Trecho e da Região
- e) Plano de Trabalho
- f) Equipe Técnica

17.2 - O licitante deverá expor de forma sucinta o seu Plano de Trabalho, considerando o objeto do Edital, os dados existentes e o conhecimento do problema.

17.3 – De acordo com os “Quadros de Identificação e Formação Profissional de Técnico”, apresentados na letra “c” do subitem 15.3 e atestados será avaliado o nível de experiência da equipe para executar o plano de trabalho, acima descrito. Serão pontuados também os profissionais que não constam da equipe a ser contratada, mas cuja disponibilidade na Empresa é desejável.

18 - PROPOSTAS DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 3)

18.1 - A Proposta de Preços deverá ser assinada por Diretor da licitante, ou pessoa legalmente habilitada (procuração lavrada em Cartório ou particular com firma reconhecida em Cartório), em



envelope lacrado, identificado com o nº 03, em 1 (uma) via, digitada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, contendo os elementos a seguir relacionados:

- a) Índice;
- b) Mapa de situação;
- c) Carta Proposta assinada por Diretor ou pessoa legalmente habilitada, (procuração lavrada em Cartório ou particular com firma reconhecida em Cartório) em papel timbrado, identificando os serviços a que a Empresa está concorrendo, o nº do Edital, o prazo de execução e o preço global para os serviços, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, esclarecendo que se refere ao mês de apresentação da proposta;
- d) Resumo da Composição do Preço Orçado”, (**Quadro 07, SEI – 9235411**)
- e) Despesas Gerais (Equip., Veículos, Imóveis, Outros)” (**Quadro 08, SEI - 9235461**);
- f) Custo Total por Serviço (**Quadro 09, SEI – 9235519**);
- g) Planilha Orçamentária (**Quadro Anexo 1, SEI - 10208468**);
- h) Cronograma Físico e Financeiro (**Quadro Anexo 2, SEI - 10232229**);
- j) Cronograma de Desembolso (**Quadro Anexo 3, SEI - 10232355**);

18.2 - Validade das Propostas

As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de **60 (sessenta)** dias corridos contados da data da entrega das mesmas.

19 - ABERTURA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

19.1 - A presente licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

- I** - Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à HABILITAÇÃO DOS CONCORRENTES, e sua apreciação;
- II** - Devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas técnica e de preços, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
- III** - abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- IV** - Após a divulgação do resultado da análise das propostas técnicas, serão devolvidos os envelopes lacrados contendo as propostas de preços aos licitantes desclassificados e passará a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas classificadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- V** - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou



ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

VI - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

19.2 - A Comissão, se julgar necessário ou conveniente, poderá marcar novas reuniões para prosseguimento e apreciação das propostas, quando necessariamente, haverá o recolhimento e rubrica pelos representantes legais das licitantes, das propostas ainda não apreciadas.

19.3 - A abertura dos envelopes será sempre realizada em ato público, do qual se lavrará Ata Circunstanciada, assinada pelos representantes credenciados das licitantes presentes.

19.4 - É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, proceder a promoção de diligência ou verificações, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.5 - Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas de preços, não mais cabe desqualificar as licitantes por motivos relacionados com o item 15, salvo em razão de fatos supervenientes ou os conhecidos após o julgamento.

19.6 - O julgamento das propostas técnicas e de preços serão objetivas, devendo a Comissão, realizá-lo em conformidade com os critérios previamente estabelecidos no Ato Convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente contidos no Edital.

19.7 - Poderá estar presente mais de um representante autorizado de cada licitante, porém apenas um único participará de cada sessão. Nestas sessões as empresas licitantes deverão ser representadas por um dos Diretores ou Procuradores, estes, munidos da respectiva procuração lavrada em Cartório ou particular com firma reconhecida em Cartório.

19.8 - Será inabilitada ou desclassificada a empresa que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste edital e seu(s) anexo(s).

20 - EXAME DA DOCUMENTAÇÃO

20.1 - A Comissão de Licitação, no ato do exame das documentações apresentadas, considerará, além da absoluta indispensabilidade da presença de todas as peças e dados exigidos, sem o que será a proponente de logo inabilitado, a suficiência das informações oferecidas, a autenticidade e a validade dos documentos incluídos e a bastante demonstração da Capacidade Jurídica, da Capacidade Técnica, da Idoneidade Financeira e da Regularidade Fiscal da ofertante, na conformidade dos indicadores definidos neste Edital.

20.2 - Apenas serão considerados habilitados os proponentes que, à vista das documentações apresentadas, satisfaçam a todas as condições fixadas neste ato convocatório e peças que o integram.

20.3 - Após a análise e julgamento pela Comissão, se proclamará o resultado da habilitação no final da própria sessão inaugural do certame, caso prefira proceder de pronto a apreciação necessária, ou em sessão posterior, que para tal fim designar.

20.4 - Após a fase de habilitação, não mais cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

21 - EXAME DA PROPOSTA TÉCNICA



As Propostas Técnicas das empresas licitantes serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seu(s) anexo(s). Verificado o atendimento às referidas condições proceder-se-á a avaliação da Proposta Técnica, conforme critérios de julgamento abaixo:

21.1 - Será atribuída pela Comissão designada pelo DER/RO a "Nota da Proposta Técnica" (NPT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, compostas das seguintes parcelas:

- a) Avaliação da Equipe Técnica Mínima (contribuindo com 70% dos pontos);
- b) Avaliação da Empresa (contribuindo com 30% dos pontos).

21.1.1 - A Nota de Proposta Técnica da Licitante será calculada pela expressão:

$$NPT = PET * CFESE + PEL * CFAEL$$

Onde:

NPT – Nota da Proposta Técnica da Licitante.

PET – Peso da Equipe Técnica Mínima.

CFESE – Coeficiente de Experiência de Serviços da Equipe.

PEL – Peso da Licitante

CFAEL – Coeficiente de Avaliação da Licitante

Sendo:

PET = 0.70 (setenta centésimos)

PEL = 0.30 (trinta centésimos)

$$CFESE = (CRESE / MCRESE) * 100$$

Onde:

CFESE - Coeficiente de Experiência de Serviços da Equipe.

CRESE - Créditos Quanto a Experiência de Serviços da Equipe.

MCRESE - Maior valor de créditos quanto a Experiência de Serviços da Equipe, dentre as propostas classificadas.

21.2 - A Empresa licitante será avaliada através de dois critérios, o primeiro critério será quanto à "Capacidade Operacional da Empresa", que contribuirá com 30% dos pontos, e o segundo, será quanto à "Experiência de Serviços da Empresa", contribuindo com 70% dos pontos.

21.2.1 - Para a atribuição dos pontos quanto à Capacidade Operacional da Licitante, será observado o seguinte, pela Comissão de Licitação:

21.2.2 - As Propostas Técnicas das empresas licitantes serão examinadas, preliminarmente, por uma Comissão Especial do DER/RO quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seu(s) anexo(s). Verificado o atendimento às referidas condições proceder-se-á a avaliação da Proposta Técnica, conforme critérios de julgamento abaixo:

PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA



REQUISITOS		NOTA MÁXIMA (PONTOS)
1.0	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	25
1.1.1	Conhecimento do Trecho	
1.1.1.1	Aspectos gerais das estruturas existentes	5
1.1.1.2	Aspectos hidrológicos	5
1.1.1.3	Aspectos geotécnicos	5
1.1.1.4	Aspectos Ambientais	5
1.1.2	Conhecimento da Região (Aspectos Físicos)	5
2.0	PLANO DE TRABALHO	25
2.1	Metodologia	5
2.2	Cronograma geral dos serviços	5
2.3	Utilização da equipe por serviço	5
2.4	Organização para execução dos serviços	5
2.5	Quantidades de serviços topográficos e geotécnicos	5
3.0	CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE	20
3.1	Elaboração de EIA/RIMA e/ou PBA e/ou PCA e EIV de Empreendimentos Rodoviários (*)	10
3.2	Elaboração de Projeto Executivo de OAE – Ponte de Concreto	10
4.0	CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA	30
4.1	Engº Coordenador Geral (PO)	15
4.2	Engº de Estruturas (P2)	7
4.3	Engº de Hidrologia (P2)	4
4.4	Especialista de Meio Ambiente (P2)	4
TOTAL MÁXIMO		100

(*) EIA/RIMA- Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

PBA- Plano Básico Ambiental - PCA- Plano de Controle Ambiental

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança.

21.3 – CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

➤ CONFORME ITEM 29.0 E SUBITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

21.3.1 - CONHECIMENTO DO PROBLEMA

Com pontuação máxima **25 (vinte e cinco) pontos**, conforme item 1.0 do quadro 1, onde será avaliado atribuindo-se pontuação à licitante, conforme critério abaixo:

21.3.1.1 - **Não abordado/erroneamente abordado**: o texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. (zero)



21.3.1.2 - **Insuficiente:** texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado.

(20% pontos)

21.3.1.3 - **Regular:** texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (50 % pontos)

21.3.1.4 - **Bom:** texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo. (80% pontos)

21.3.1.5 - **Satisfatório/excelente:** texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão

21.3.2 - PLANO DE TRABALHO

Com pontuação máxima **25 (vinte e cinco) pontos**, conforme item 2.0 do quadro 1, onde será avaliado atribuindo-se pontuação à Licitante, conforme critério abaixo:

21.3.2.1 - **Não abordado/erroneamente abordado:** o texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. (zero)

21.3.2.2 - **Insuficiente:** texto e informações incompletas; tópicos do problema/ objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado. (20% pontos)

21.3.2.3 - **Regular:** texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (50 % pontos)

21.3.2.4 - **Bom:** texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo. (80 % pontos)

21.3.2.5 - **Satisfatório/excelente:** texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas. (100 % pontos)

21.3.3 - AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE

21.3.3.1 - No julgamento da Capacidade Técnica da Proponente, será atribuída pontuação de no máximo **20 pontos**, conforme item 3.0 do Quadro Pontuação da Proposta Técnica, às empresas que comprovarem sua experiência através de certidões e/ou atestados a efetiva participação da empresa e/ou de seus responsáveis técnicos na elaboração de Projeto Executivo de Engenharia de Obras de Arte Especiais – Ponte de Concreto, executados para órgãos públicos, devidamente certificados pelo conselho profissional competente, obtida pela soma de pontos de acordo com os seguintes critérios abaixo:

21.3.3. 2 - Capacidade Técnica da Proponente - Descrição e Critério de Valor Máximo: 20 Pontos



- Elaboração de EIA/RIMA e/ou PBA e/ou PCA de empreendimentos rodoviários: 5,0 pontos por atestado, máximo 2 (dois) totalizando 10 pontos.

- Elaboração de Projeto Executivo de OAE- Ponte de Concreto: 5,0 pontos por atestado, máximo 2(dois) totalizando 10,0 pontos.

21.3.4. Capacidade Equipe Técnica

21.3.4.1 - Com pontuação máxima **30(trinta) pontos**, conforme item 4.0 do Quadro Pontuação da Proposta Técnica, onde será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, conforme quadro a seguir, de acordo com os atestados constantes nos currículos dos profissionais de nível superior (porte e complexidade dos trabalhos, formação profissional, e tempo de exercício profissional):

21.3.4.2- Os currículos de cada membro da Equipe Técnica devem conter no máximo 05 (cinco) Atestados de Acervo Técnico, e pontuação máxima e que comprovem sua responsabilidade técnica na elaboração de serviços de características técnicas similares às do objeto deste Termo de Referência, além de serem compatíveis com a função que desempenharão na equipe.

Para efeito de pontuação e julgamento da Equipe Técnica, serão considerados apenas os técnicos abaixo relacionados a serem alocados aos trabalhos, de acordo com seus respectivos atestados e a indicação das funções que lhes serão atribuídas na equipe.

21.4.3-Avaliação da Equipe Técnica da Proponente – Pontuação x Atestado. Valor Máximo de Atestados: 30 Pontos

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR				
EQUIPE TÉCNICA	Quantidade de Atestados x Pontuação			
	0	1	3	5
Coordenador Geral (P0)	0	5	10	15
Engenheiro de Estruturas (P2)	0	2	5	7
Engenheiro de Hidrologia (P2)	0	1	2	4
Especialista de Meio Ambiente (P2)	0	1	2	4

21.4.3.1 - Apresentar somente o número de atestados exigidos e suficientes para a comprovação e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

21.4.3.2 - Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação. Os que excederam ao número solicitado serão desconsiderados.

21.5 - A comprovação será feita através de documentos idôneos que mostrem que tais profissionais são sócios ou diretores ou responsáveis técnicos ou empregados (na forma da legislação trabalhista) da empresa licitante.



21.5.1 - Para as regras deste edital fica entendido como documento idôneo:

- a) Contrato Social ou Estatuto Social, registrado no órgão competente, caso o profissional seja sócio da empresa;
- b) Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou ata de eleição publicada na imprensa oficial, em se tratando de sociedade anônima, caso o profissional seja diretor da empresa;
- c) Certidão comprobatória do CREA, caso o profissional seja Responsável Técnico da empresa;
- d) Ficha ou livro de registro de empregados ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, caso o profissional seja Empregado da Empresa.

21.5.2 - Para a atribuição dos pontos quanto à Experiência de Serviços da Empresa Licitante, será observado o seguinte pela Comissão de Licitação, conforme item 28.0 do Termo de Referência.

21.6 - O Coeficiente da Avaliação da Empresa Licitante será calculado pela expressão:

$$\text{CFAEL} = (\text{PRCOL} / \text{MPRCOL}) * 30 + (\text{PRESL} / \text{MPRESL}) * 70$$

Onde:

CFAEL - Coeficiente de Avaliação da Licitante.

PRCOL - Pontos quanto a Capacidade Operacional da Licitante.

MPRCOL - Maior valor de Pontos quanto a Capacidade Operacional da Licitante, dentre as propostas classificadas.

PRESL - Pontos quanto à Experiência de Serviços da Licitante.

MPRESL - Maior valor de Pontos quanto a Experiência de Serviços da Licitante, dentre as propostas classificadas.

22 – EXAME DA PROPOSTA DE PREÇOS

22.1 - Serão desclassificadas as Propostas Técnicas dos licitantes que:

- a) Deixar de conter quaisquer dos documentos exigidos, ou for apresentada sem atender as exigências do presente Edital, ou;
- b) Não alcançar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do somatório dos pontos atribuíveis quanto à Experiência de Serviços dos profissionais indicados para a Equipe Técnica Mínima, ou;
- c) Incluir a indicação de um mesmo profissional para duas ou mais funções na Equipe Técnica Mínima, ou;
- d) Incluir indicação de Coordenador ou Projetista ou Orçamentista indicado como Coordenador ou Projetista ou Orçamentista por outra Licitante, ainda que em funções distintas, ou;
- e) Obter Nota de Proposta Técnica inferior a 50 pontos, ou;



- f) Incluir profissional na equipe técnica mínima que não comprove o tempo de graduação mínimo exigido, que é de 15 (quinze) anos para o coordenador e 5 (cinco) anos para os demais profissionais, conforme exigido no item 15.

22.2 - O tempo de graduação de cada um dos profissionais indicados para a Equipe Técnica Mínima, será comprovada através da apresentação do diploma ou do registro do CREA de cada um dos seus membros.

22.3 - CORREÇÕES CABIVEIS DA PROPOSTA DE PREÇOS

As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital e seus anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pela CPLO da forma seguinte:

- a) discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
- d) erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e trocando-se a soma;
- e) verificadas em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

22.4 - O valor total da proposta será ajustado pela CPLO em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros, registrado em Ata, inclusive a aceitação por parte do representante da licitante. O valor resultante constituirá o valor contratual. Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

22.5 - Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela CPLO, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

22.6 - Após todas as correções, a CPLO procederá ao cálculo da “Nota da Proposta de Preço” (NPP) de cada licitante, cujo cálculo será:

A nota das propostas de preços será obtida pela fórmula a seguir:
contrata

$$NPP = 100. X1 / X2 \quad \text{onde:}$$

NPP = Nota da proposta de preços;

$$X1 = (Vo + M) / 2 \quad \text{onde: } Vo - \text{Valor orçado pelo DER;} \\ M - \text{Média dos preços dos licitantes;}$$

X2 – valor da proposta considerada.

A relação $X1 / X2$ será limitada ao valor máximo de 1 (um);



Obs.: As notas assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos de acordo com os critérios da NBR 5891-ABNT – Regras de Arredondamento na numeração decimal.

22.7 - Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

Nota Explicativa: Súmula 262 do TCU: “O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta”.

22.8 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

22.9 - As propostas com preços comprovadamente inexequíveis serão desclassificadas.

23 – CLASSIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

23.1 - O cálculo da “Nota Final” (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e de Preço, da seguinte forma:

$$NF = \frac{7NPT + 3NPP}{10}$$

onde: NF = Nota Final
NPT = Nota da Proposta Técnica
NPP = Nota da Proposta de Preço

23.2 - A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final.

23.3 - Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio.

24 – CRITÉRIO DE DESEMPATE

No caso de empate entre as Propostas de menor preço, será apurado a vencedora através de sorteio, em ato público a ser procedido pela Comissão de Licitação.

25 – CLASSIFICAÇÃO FINAL E ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

Proclamado o resultado final da licitação, promoverá a Comissão de Licitação, a remessa dos autos à autoridade competente com vistas à deliberação final, dando ciência à empresa melhor classificada e promovendo a sua divulgação.

26 – ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

26.1 - Após a deliberação final pela autoridade competente, constatada a sua regularidade, proceder-se-á a homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto à proponente vencedora, com posterior divulgação na Imprensa Oficial do Estado.

26.2 - O DER/RO adjudicará o contrato ao licitante cuja proposta atender em sua essência aos requisitos do presente Edital e seu(s) anexo(s).



26.3 - A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no item 8.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à perda da “Caução para Garantia de Participação na Licitação”, bem como às demais penalidades previstas na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

26.4 - A contratação dos trabalhos objeto da presente licitação reger-se-á e formalizar-se-á nos termos previstos pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

26.5 - O **DER/RO** se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou de anulá-lo por ilegalidade, sem que aos licitantes caiba qualquer direito a indenização ou ressarcimento.

27 – DA CONTRATAÇÃO E GARANTIAS

27.1 - O **Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER-RO** o providenciará por sua conta, a publicação do Extrato do Contrato celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

27.2 - O Licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação do **Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER-RO**, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

27.3 - Quando o adjudicatário não comparecer no prazo estabelecido no item anterior, o DER-RO poderá convocar os Licitantes remanescentes, na forma prevista no § 2º do art. 64 da Lei 8.666/93.

27.4 - Para assegurar a fiel execução dos compromissos ajustados, a Contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 19 da Lei nº 8.666/1993: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; Seguro-garantia; ou Fiança bancária.

27.5 - Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pela Contratante para tal fim;

27.6 - Se a opção de garantia recair em título da dívida pública, este deve ter sido emitido sob a forma escriturai, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

27.7 - Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;

27.8 - A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

27.9 - No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia,



conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pelo DER/RO.

27.10 - Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

27.11 - Se a Contratada desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados à Administração, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, será indicado novo prazo à Contratada, o qual, se descumprido, acarretará a aplicação da penalidade acima referida.

27.12 - A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais.

27.13 - Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

27.14 - Após o recebimento definitivo dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída à Contratada, de acordo com a forma de prestação:

27.14.1 - O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do contrato;

27.14.2 - Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

28 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

28.1 - O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e nos Artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

28.2 - No caso do recebimento provisório, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, e no caso de definitivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento provisório. Em se dando ao recebimento caráter provisório, o qual não excederá 15 (quinze) dias, o DER-RO, poderá exigir correções dos serviços convenientes, consignando-se os motivos.

28.3 - Para o recebimento definitivo dos serviços, importa à contratada, o cumprimento fiel de todas as etapas solicitadas, ou seja, os estudos e projetos corretos e completos. A contratada deve responsabilizar-se pelos ajustes e correções necessários à aprovação e recebimento definitivo do projeto e se dará somente após aprovação dos estudos ambientais junto a Secretaria Desenvolvimento Ambiental - SEDAM-RO.

29 – DAS MEDIÇÕES DE SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO



29.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes:

29.1.1 - As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

29.1.2 - A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

29.2 - Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

29.3 - Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

29.4 - A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

29.5 - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.



29.5.1 - Na primeira medição:

Inscrição do contrato na Seguridade Social, Matrícula INSS (CEI) N°

Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO — ART (Autenticada) N°

1. Certidão negativa da Fazenda Estadual;
2. Certidão negativa da Receita Federal;
3. Certidão da Dívida Ativa da União;
4. Certidão negativa do INSS;
5. Certidão negativa municipal;
6. Certidão de Regularidade do FGTS;
7. Guia GPS INSS (original / autenticada);
8. Guia GFIP INSS (original / autenticada);
9. Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Trabalhistas – CNDT.

29.5.2 - A partir da segunda medição:

1. Recolhimento do ISS-QN da Prefeitura;
2. Certidão negativa da Fazenda Estadual;
3. Certidão negativa da Receita Federal;
4. Certidão da Dívida Ativa da União;
5. Certidão negativa do INSS;
6. Certidão negativa municipal;
7. Certidão de Regularidade do FGTS;
8. Recolhimento ISS Prefeitura;
9. Guia GPS INSS (original / autenticada);
10. Guia GFIP INSS (original / autenticada). Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Trabalhistas – CNDT

I) Relação de empregados que trabalham diretamente no objeto contratado

29.6 - A medições dos serviços executados, serão elaboradas conforme CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (ID 10232355)

30 – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS



30.1 – Os preços são fixos e irrevogáveis de acordo com a Lei 8.880, de 27 de maio de 1994, no prazo de vigência igual ou inferior a 01 (um) ano, sendo reajustado mediante regulamentação do Poder Executivo Federal, aplicável à matéria.

30.2 – Em caso de paralisação ou aditamento de prazo, devidamente justificado pelo Departamento de Estradas de Rondagem e Transportes - DER/RO, que venha a ultrapassar a um ano de execução da obra ou serviço, ter-se-á que, as parcelas contratuais excedentes ao prazo de um ano serão reajustadas, tomando-se como base a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(li - lo)}{lo} \times V$$

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

lo = Índice de preço verificado no mês de abertura da proposta que deu origem ao contrato.

li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento.

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustado.

30.3 – Os critérios para correção monetária, serão os estabelecidos na Lei 9.069/95, caso o pagamento não seja efetuado conforme o Decreto Estadual nº. 5.945, de 26 de maio de 1993 e serão utilizados os índices de variação do **INCC índice geral (Edificações)**, em vigor, ou, em caso de sua eventual extinção será adotado aquele oficialmente aplicado para o setor e que resulte em maior viabilidade econômica para a Administração.

31 – DOS RECURSOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1 - É assegurado a qualquer cidadão, o direito de impugnar perante a Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO, os Termos do Edital, quanto a possíveis falhas ou irregularidades, de acordo com o que prevê o Parágrafo 1º, do Artigo 41, da Lei nº. 8.666/93.

31.2 - É assegurado a qualquer proponente, o direito de impugnar os atos praticados pela Comissão de Licitações, deles recorrer hierarquicamente ou representar, observadas as disposições do art. 109, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

31.3 - A contratada, em razão de inadimplências, inclusive os referentes ao retardamento na execução dos serviços, salvo se ensejada por motivo de força maior, caso fortuito, fato da administração ou sujeição imprevista, submeter-se-á às sanções indicadas no capítulo IV, seção II (Sanções Administrativas), da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

32 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: SUBITEM 32.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

33 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: SUBITEM 32.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

34 – DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1 - Sem prejuízo do caráter público de todos os atos do procedimento licitatório, não se admitirá, durante a análise de cada proposta, a interferência de pessoas estranhas à Comissão de Licitações, a qualquer título que seja, ressalvada a hipótese de requisição, pela própria Comissão, do concurso de peritos visando ao exame de dados, informações ou documentos.

34.2 - A Administração, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das documentações e das propostas das ofertantes, poderá proceder a alterações concernentes a esta licitação, por



sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas que tenha adquirido o Edital, sendo-lhes facultado, em sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas.

34.3 - As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da ofertante, não lhe sendo assegurado proclamar qualquer indenização da Administração.

34.4 - As omissões porventura existentes neste Edital, serão sanadas pela Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, do Governo do Estado de Rondônia, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores.

34.5 - A todos os competidores que adquirirem o presente Edital, será dado conhecimento de quaisquer impugnações ou pertinentes pedidos de esclarecimento de dúvidas e suas respectivas respostas, que passarão incontinentes a integrar o presente ato convocatório.

34.6 - A critério da Administração Pública esta licitação poderá:

34.6.1 - **Ser anulada**, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ou;

34.6.2 - **Ser revogada**, a juízo da Administração, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou;

34.7 - Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

34.7.1 - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 59, da Lei 8.666/93;

34.7.2 - A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e

34.7.3 - no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

34.8 - Somente será permitido ser aditivo, até o valor da modalidade licitada, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

34.9 - Os trabalhos executados serão recebidos pelo **DER/RO** em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8666/93 e “Normas e Procedimentos Administrativos sobre Contratações de Obras e Serviços de Engenharia” vigentes no **DER/RO**.

34.10 - A cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, será considerada domicílio desta Licitação e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e procedimentos dela resultantes.

34 – ANEXOS

Fazem parte deste edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:



-
- ANEXO I** - **Termo de Referência (SEI - 0011099990);**
Planilha Orçamentária (SEI – 10208468);
Cronograma Físico e Financeiro (SEI - 10232229);
- ANEXO II** - **Minuta de Contrato (SEI - 9639943);**
- ANEXO III** - **Modelo de Carta de Fiança;**
- ANEXO IV** - **Termo de Compromisso;**
- ANEXO V** - **Autorização;**
- ANEXO VI** - **Apresentação dos Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e de preços;**
- ANEXO VII** - **Modelos a serem apresentados na Proposta Técnica;**
- ANEXO VIII** - **Relação de Quadros que deverão ser apresentados (SEI - 9234717);**
- ANEXO IX** - **Modelo de Declaração de EPP/ME.**

Porto Velho/RO, 01 de junho de 2020.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente da CPLO/SUPEL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
(SEI - 0011099990)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
(SEI –10208468)

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO
(SEI – 10232229)



ANEXO II

MODELO DE MINUTA DE CONTRATO (SEI – 0011119781)



ANEXO III

MODELO DE CARTA DE FIANÇA (Garantia Contratual)

(Proc.: 0009.436780/2019-61/DER/RO) TP Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO)

Ao
Governo do Estado de Rondônia
Porto Velho - RO

CARTA DE FIANÇA R\$ _____

Pela presente, o Banco _____ com sede a rua _____ da cidade de _____ do Estado de _____ por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 1.491, do Código Civil Brasileiro, da Firma _____ sediada à rua _____ na cidade de _____ do Estado de _____ até o limite de R\$ _____ (_____), para efeito de garantia para a execução do Contrato n.º _____ (descrever o objeto do Contrato).

Este Banco se obriga, obedecendo ao limite acima, específico a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pelo Governo do Estado de Rondônia. Sem qualquer reclamação ou ainda embargo ou interposição de recursos administrativos ou judiciais com respeito ao Governo do Estado de Rondônia.

Obriga-se ainda, este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela Carta de Fiança Bancária ou por nova Carta de Fiança, que seja aceita por esse órgão.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º _____ ou outro registro usado neste Banco e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no País de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fiança desta natureza por força do disposto no Artigo _____ dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em ____/____/____, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembléia _____ realizada em ____/____/____.

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pelo DER/RO.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2020.

Banco



ANEXO IV (MODELO)
TERMO DE COMPROMISSO
PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS - CPLO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº **007/2020/CPLO/SUPEL/RO**.

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a executar os serviços de que trata o Edital da **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO** pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “3”, e de acordo com os Quadros de Quantitativos especificados neste Edital. Declaramos, ainda, que:

- a) Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data, **INEXISTEM** fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b) Estamos cientes e declaramos **PLENA SUBMISSÃO** às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.
- c) Declaramos a **ASSUNÇÃO** de responsabilidade pela execução dos serviços e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital.
- d) **RECONHECEMOS** o direito da Administração Pública de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, na forma da Lei.
- e) **CONCORDAMOS** em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados na presente proposta pelos respectivos preços se para isso formos notificados pelo GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.
- f) Declaramos sob as penas da lei, que **NÃO UTILIZAMOS** em nosso funcional a mão-de-obra de menores, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei nº. 9.854, de 27/10/99.
- g) Declaramos que **CUMPRIREMOS** fielmente as disposições concernentes a NR-18, Norma Regulamentadora, que estabelece diretrizes de ordem administrativa planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

Art. 12, inciso I e VI da Lei 8.666/93.

Porto Velho, em _____ de _____ de 2020.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO V

AUTORIZAÇÃO DE MODIFICAÇÃO E REUTILIZAÇÃO DOS TRABALHOS

AUTORIZAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CGC nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, autorizo, o **DER/RO**, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais, patrimoniais referentes aos projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do contrato), incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, garantindo-se, na divulgação, o crédito aos profissionais responsáveis pelos mesmos, após sua entrega, independentemente de autorização específica de seus autores.

.....
NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA
Pessoas, endereço, telefax e telefone para contato



ANEXO – VI (A)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Local e data:

À
Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL/RO
Av. Farquar s/n – Bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, Ed Pacaás Novos, 2º Andar CEP
76.903- Porto Velho/RO.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO.

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames Editalícios, utilizamo-nos da presente, para submeter à apreciação de V. Sas. os documentos abaixo relacionados, necessários para a licitação referenciada:

-
-
- **(DESCREVER OS DOCUMENTOS)**
-
-

Na oportunidade, credenciamos junto à Comissão Permanente de Licitação de Obras/CPLO/SUPEL/RO o Sr., Carteira de Identidade nº , Órgão Expedidor , ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a **inexistência de fato impeditivo** de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos.

Atenciosamente,

NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA
Pessoas, endereço, telefax e telefone para contato



ANEXO – VI (B)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA

Local e data:

À
Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL/RO
Av. Farquar s/n – Bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, Ed Pacaás Novos, 2º Andar CEP
76.903- Porto Velho/RO.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO

Prezados Senhores:

A empresa infra-assinada oferece seus serviços de elaboração de (descrever o objeto), de acordo com o edital. A Proposta compreende tanto a Proposta Técnica, como a Proposta de Preços, lacrada em envelopes distintos.

Na hipótese das negociações serem realizadas durante o prazo de validade desta Proposta, *i. e.*, até o dia (Data), comprometemo-nos a negociar com base na equipe proposta. A Proposta que ora se apresenta obriga a empresa e está sujeita às modificações que resultarem das negociações do Contrato.

Estamos cientes de que V. Sas., não se obrigam a aceitar qualquer Proposta recebida.

Atenciosamente,

.....
NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA
Pessoas, endereço, fax e telefone para contato



ANEXO – VI – (C)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

Local e data:

À
Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL/RO
Av. Farquar s/n – Bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, Ed Pacaás Novos, 2º Andar CEP
76.903- Porto Velho/RO.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020/CPLO/SUPEL/RO.

Prezados Senhores:

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para (**DESCREVER O OBJETO DA LICITAÇÃO**), pelo preço global correspondente a R\$
(_____), com prazo de execução ____ (_____) dias
corridos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o **CONTRATO** no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de ____ (_____) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente,

.....
NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA
Pessoas, endereço, telefax e telefone para contato



ANEXO VII

MODELOS A SEREM APRESENTADOS NA PROPOSTA TÉCNICA:

- I. Modelo de apresentação de Proposta Técnica.
- II. Referências da empresa.
- III. Comentários e sugestões da empresa a respeito dos Termos de Referência e dos serviços de dados e instalações a serem fornecidos pelo Cliente.
- IV. Documentos de abordagem da metodologia e plano de trabalho para a execução do serviço.
- V. Composição da equipe e serviço(s) para cada membro da equipe.
- VI. Curriculum Vitae, dos profissionais propostos.
- VII. Cronograma para a equipe técnica.
- VIII. Cronograma de atividades (trabalho).



ANEXO VII - I - REFERÊNCIAS DA EMPRESA

Serviços relevantes prestados nos últimos cinco anos que melhor ilustram as qualificações

Utilizamos o modelo abaixo, para fornecer informações a respeito de cada serviço para qual sua empresa foi contratada.

Nome do Serviço:		País:
Local do País:		Equipe de Profissionais fornecido por sua empresa(perfil):
Local do Cliente:		Nº de membros da equipe:
Endereço:		Nº de Pessoal/Mês: Duração do serviço:
Data de início (mês/ano):	Data da Conclusão (mês/ano):	Valor aproximado dos serviços:
Nome da(s) consultora(s) associada(s), se for o caso:		Nº de meses da equipe técnica fornecida pelas consultoras associadas:
Nome do responsável (Diretor do projeto/coordenador, líder da equipe) e funções desempenhadas:		
Descrição narrativa do projeto:		
Descrição dos serviços efetivamente prestados pela sua equipe:		

.....
NOME DA EMPRESA



**ANEXO VII - II – DOCUMENTOS DE ABORDAGEM SOBRE A METODOLOGIA E PLANO
DE TRABALHOS RELATIVOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO**



ANEXO VII - III – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE (PESSOAL) E SERVIÇOS DE CADA MEMBRO DA EQUIPE

1. Equipe técnica		
NOME	CARGO	SERVIÇO

2. Equipe de apoio		
NOME	CARGO	SERVIÇO



ANEXO VII - IV – MODELO DE CURRICULUM VITAE (CV) PARA A EQUIPE TÉCNICA

Cargo Proposto: _____

Nome da Empresa: _____

Nome do Membro da Equipe: _____

Profissão: _____

Data de Nascimento: _____

Tempo de Serviço na Empresa: _____ Nacionalidade: _____

Participação em Organizações Profissionais: _____

Pormenores dos Serviços atribuídos: _____

Qualificação chave:

[Fornecer um esboço da experiência do membro da equipe e do treinamento relevante para os Serviços a serem atribuídos. Descrever o grau de responsabilidade assumida pelo membro da equipe em Serviços relevantes anteriores, fornecendo datas e local. Utilizar cerca de meia página]

Formação:

[Resumir formação superior e outra especialização do membro da equipe, fornecendo nomes das escolas, datas e diplomas obtidos. Utilize cerca de um quarto da página]

Registro de Emprego:

[Iniciando com o cargo atual, relacionar em ordem inversa todos os empregos anteriores. Relacionar cargos ocupados pelo membro da equipe desde sua formatura, com os nomes das organizações para os quais trabalhou, cargos desempenhados e locais de trabalho. Relativamente aos últimos dez anos, informar, também, os tipos de atividades desempenhadas e referências a respeito do cliente, quando apropriado. Utilizar três quartos de página]

Idiomas:

[Para cada idioma, indicar o nível de proficiência: excelente, bom, satisfatório ou insatisfatório, para falar, ler e escrever]

Declaração:

Eu, abaixo-assinado, declaro que as informações fornecidas constituem a verdade a respeito de minhas qualificações e experiências.

Local e Data

Nome completo e assinatura do membro da equipe

Nome completo e assinatura do representante autorizado



ANEXO VII - V- CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (TRABALHO)

A. INVESTIGAÇÃO DE CAMPO E ITENS DE ESTUDO

	(1º, 2º, etc. são meses a partir do início do Serviço)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Atividade (trabalho)												

B. CONCLUSÃO E APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS

Relatórios	Data
1. Relatório Inicial	
2. Relatório periódico de andamento a) Primeiro relatório da situação b) Primeiro relatório da situação	
3. Minuta de relatório	
4. Relatório final	



ANEXO VIII

RELAÇÃO DE QUADROS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS (SEI – 9234717)



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP/ME

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara sob as penas da Lei, para fins de participação na licitação da **TOMADA DE PREÇOS Nº. _____/___**, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei”, conforme suas alterações contida na Lei 139 de 10 de novembro de 2011, para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto na referida Lei Complementar.

Declara, ainda, que **não existe** qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

NOME DA EMPRESA

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA